



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE

ASSEMBLEIA NACIONAL:	
Resolução n° 44/VIII/2012:	
Cria uma Comissão Eventual de Redacção.....	382
Resolução n° 45/VIII/2012:	
Aprecia e aprova a petição subscrita por 1.132 cidadãos nacionais residentes na Ilha do Sal.....	382
CONSELHO DE MINISTROS:	
Decreto-Lei n° 9/2012:	
Regula a organização, competência e funcionamento da Unidade de Informação Financeira, abreviadamente UIF.....	382
Resolução n° 15/2012:	
Autoriza o Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território a realizar as despesas com a contratação pública para execução da empreitada de construção de 100 (cem) unidades de habitações de interesse social na Cidade de Espargos, Concelho e Ilha de Sal, no montante de 277.773.228\$00 (duzentos e setenta e sete milhões, setecentos e setenta e três mil, duzentos e vinte e oito escudos).....	387
Resolução n° 16/2012:	
Autoriza o Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território a realizar as despesas com a contratação pública para execução da empreitada de Construção de cinquenta unidades de Habitações de Interesse Social em Santa Maria, Concelho e Ilha do Sal, no montante de 139.823.614\$00 (cento e trinta e nove milhões, oitocentos e vinte e três mil e seiscentos e catorze escudos).....	388
Resolução n° 17/2012:	
Concede, ao Studiebureau Talboom Group, com sede social em A. Meemmansdreef 1 B – 2870 Puurs – Bélgica, as parcelas de terreno do domínio público marítimo, junto à localidade de Praia de João D'Évora, em São Vicente para a construção do empreendimento turístico denominado "Baía de João D'Évora".....	389
CHEFIA DO GOVERNO:	
Rectificação:	
Ao Decreto-Lei n° 36/2011, de 30 de Dezembro, que Extingue o Centro de Formação Agrário (CFA) do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA).....	391

ASSEMBLEIA NACIONAL

Resolução nº 44/VIII/2012

de 20 de Março

A Assembleia Nacional vota, nos termos da alínea *m*) do artigo 175º da Constituição, a seguinte Resolução:

Artigo 1º

É criada, ao abrigo do artigo 172º, número 1, do Regimento da Assembleia Nacional, uma Comissão Eventual de Redacção com a seguinte composição:

1. Euclides Vieira Cardoso Centeio, PAICV
2. Janine Tatiana Santos Lélis, MPD
3. José Manuel Sanches Tavares, PAICV
4. Daniel Augusto Melo Lima Évora, MPD
5. Virgínia Baessa Cabral Gonçalves, PAICV

Artigo 2º

A Comissão extingue-se uma vez realizada a redacção final dos textos legislativos.

Aprovada em 2 de Março de 2012.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Basílio Mosso Ramos*

Resolução nº 45/VIII/2012

de 20 de Março

Por mandato do Povo, a Assembleia Nacional vota, nos termos da alínea *g*) do artigo 180º da Constituição, a seguinte resolução:

Artigo único

Tendo apreciado a petição subscrita por 1.132 cidadãos nacionais residentes na Ilha do Sal, visando a criação do Município de Santa Maria, na Ilha do Sal, a Assembleia Nacional saúda a iniciativa dos promotores, por se tratar do exercício de um dos direitos consagrados na Constituição e de manifestação da vontade dos mesmos em participar na definição de um novo modelo político-administrativo para aquela ilha, em vista da melhoria das condições de vida da comunidade santamariense.

A Assembleia Nacional, ciente da legitimidade da petição, recomenda aos sujeitos parlamentares a assumpção de iniciativas, no quadro das leis da República, com vista a melhor apreender a realidade local subjacente, nomeadamente através da discussão da questão suscitada com os diferentes actores implicados e a realização de estudos pertinentes, de modo a agir em consonância com os superiores interesses de Santa Maria, da Ilha do Sal e de Cabo Verde.

Aprovada em 2 de Março de 2012.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Basílio Mosso Ramos*

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei nº 9/2012

de 20 de Março

A criminalidade económico-financeira organizada adquiriu entre nós contornos que apelam a uma intervenção mais técnica e eficaz do Estado, pois que, adicionada aos fenómenos criminais mais graves, tais como o tráfico de drogas, pessoas e armas, a corrupção, o tráfico de influências e o terrorismo, colocam em risco a subsistência do próprio Estado de direito democrático.

O combate ao crime, tanto na vertente da prevenção, como na da repressão, constitui não só um meio de evitar ofensas graves contra a vida, a integridade, a liberdade, a propriedade e a honra, como também o de obter um nível de segurança adequado à realização pelo indivíduo do direito à liberdade consagrado na nossa lei fundamental.

A segurança e o combate à criminalidade organizada constituem uma preocupação do Governo, patenteada nas políticas que conduziram à introdução de novos instrumentos no direito penal e no direito de processo penal e alocação nunca anteriormente verificados de meios técnicos, financeiros e de recursos humanos nos órgãos de polícia criminal, bem assim na actividade legislativa com a alteração dos estatutos dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público, a nova lei orgânica do Ministério Público e a nova lei sobre a Organização, a Competência e o Funcionamento dos Tribunais Judiciais.

Cabo Verde ratificou a Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional e seus Protocolos Adicionais relativos à (i) Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças (ii) contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Via Terrestre, Aérea e Marítima e (iii) contra o Fabrico e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, suas Partes, Componentes e Munições. Cabo Verde ratificou, em 10 de Maio de 2002, a Convenção Internacional para a Eliminação do Financiamento do Terrorismo.

A Lei n.º 38/VII/2009, de 27 de Abril, estabelece medidas destinadas a prevenir e reprimir o crime de lavagem de capitais e, por seu turno, o Decreto-Lei n.º 12/2005, de 7 de Fevereiro, regulamenta o direito de estabelecimento de instituições financeiras internacionais em Cabo Verde, bem como o seu funcionamento, atribuindo a sua supervisão ao Banco de Cabo Verde. Os referidos diplomas estabelecem, igualmente, deveres de cooperação e informação a que estão sujeitas as entidades financeiras.

Assim, e de acordo com as recomendações do Grupo de Acção Financeira sobre o Lavagem de Capitais (GAFI), segundo o qual «os países devem criar uma Unidade de Informação Financeira que sirva como centro nacional para receber, requerer, analisar e transmitir declarações de operações financeiras e outras informações relativas a actos susceptíveis de constituírem lavagem de capitais ou financiamento ao terrorismo», foi criada pelo Decreto-Lei n.º 1/2008, de 14 de Janeiro, a Unidade de Informação Financeira (UIF) que funciona junto do Banco de Cabo Verde.

Porém, o dia-a-dia da aplicação das disposições contidas no diploma que criou a UIF revelou uma ingente necessidade de mudança de paradigma organizacional da instituição estatal incumbida da fiscalização das operações financeiras, para que esta, sem ser um obstáculo à acção da Polícia Judiciária e do Ministério Público na investigação dos crimes económicos e financeiros, possa cumprir com mais eficácia as suas atribuições – de centralizar, analisar e facultar ao Ministério Público e à Polícia Judiciária as informações que façam suspeitar da prática de crimes de lavagem de capitais e financiamento ao terrorismo – sem contudo perder de vista a subsistência de um sistema financeiro sólido, seguro e confiável ao serviço do desenvolvimento.

O funcionamento da UIF junto do Ministério da Justiça, com orçamento próprio e autonomia técnica, apresenta-se como a mais concordante com as atribuições para- judiciária desse serviço, em vista aliás à melhor alocação de recursos humanos e materiais para a realização das suas atribuições.

É ainda esse mesmo contexto, de mudança de paradigma, que suscita a necessidade de garantir a transparência dos actos realizados pela UIF e que por seu turno recomenda a consagração normativa de um modelo processual, mais expedito na quotidiana aferição das operações financeiras, com vista ao pronto apuramento de eventuais ilícitos criminais subjacentes - que se considera oportuna a consagração normativa de um «processo de averiguações», essencialmente de análise patrimonial e financeira, mas com prazos definidos, e durante o qual joga-se pela articulação entre a UIF, o Ministério Público e o órgão de polícia criminal, mormente a Polícia Judiciária. O processo de averiguações pauta-se pelo zeloso cumprimento das garantias constitucionais que acompanham a realização da justiça, segundo as quais, a par da isenção e imparcialidade na actuação dos seus órgãos, os respectivos procedimentos não podem em momento algum ofender os direitos liberdades e garantias dos cidadãos. Cabendo assegurar e consagrar mais, que o processo em causa deva ser sempre registado, autuado e de natureza secreta, sendo sempre documentados os subsequentes trâmites.

Sobejas razões que justificam uma nova configuração da UIF.

No uso da faculdade conferida pala alínea a) do n.º2 do artigo 204º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1º

Objecto

O presente diploma regula a organização, competência e funcionamento da Unidade de Informação Financeira, abreviadamente UIF.

Artigo 2º

Estatuto e jurisdição

1. A UIF funciona junto do Ministério da Justiça, tem orçamento privativo e goza de autonomia administrativa e técnica.

2. A UIF tem sede na cidade da Praia e jurisdição em todo o território nacional.

Artigo 3º

Atribuições

1. São atribuições da UIF receber, analisar e difundir informação relativa a suspeita de lavagem de capitais e financiamento do terrorismo.

2. No cumprimento das suas funções compete, ainda especialmente à UIF:

- a) Receber, analisar e difundir as informações requeridas e recebidas ao abrigo da Lei n.º 38/VII/2009, de 27 de Abril, devendo criar e manter uma base de dados relativa às mesmas informações e análises;
- b) Exercer as competências de instrução e decisão previstas na Lei n.º 38/VII/2009, de 27 de Abril e demais leis;
- c) Apoiar, quando solicitada, as autoridades judiciais e os órgãos de polícia criminal, bem como todas as entidades com competências de prevenção ou repressão do crime de lavagem de capitais ou do crime de financiamento ao terrorismo, designadamente através da cedência de dados e da prestação de apoio técnico-pericial;
- d) Colaborar na elaboração e revisão das orientações contra a lavagem de capitais e o financiamento ao terrorismo;
- e) Promover e executar acções de divulgação e educação do público em geral em matéria de prevenção e combate ao crime de lavagem de capitais e ao crime de financiamento ao terrorismo;
- f) Apresentar ao Procurador-Geral da República e ao membro do Governo responsável pela área da Justiça um relatório genérico sobre as actividades desenvolvidas pela UIF, respeitante a cada semestre.

Artigo 4º

Dever de prestar informação

1. A UIF deve comunicar ao Procurador-Geral da República, mediante relatório, todas as comunicações de operações que façam suspeitar da prática de crime de lavagem de capitais, bens, direitos e valores e crime de financiamento ao terrorismo.

2. As operações referidas no número anterior devem ser comunicadas, igualmente, à Polícia Judiciária, nos casos de especial complexidade e que parecem implicar intervenção especializada em matéria de investigação criminal, mediante autorização do Procurador-Geral da República ou, em caso de urgência e impossibilidade de obtenção dessa autorização, deve o Procurador-Geral da República ser informado no mais curto espaço de tempo.

3. A UIF deve comunicar ao Banco de Cabo Verde o incumprimento por parte das entidades bancárias e financeiras dos deveres previstos na lei.

Artigo 5º

Dever de colaboração e cooperação

1. A UIF pode solicitar informações a quaisquer entidades públicas ou privadas para o desempenho das suas atribuições, ressalvando os limites legais relativos a dados pessoais.

2. Quaisquer autoridades públicas ou privadas devem colaborar com a UIF para o desempenho das suas atribuições.

3. No exercício das suas actividades, a UIF coopera e articula-se com as autoridades judiciais, a Procuradoria-geral da República e a Polícia Judiciária, assim como com as autoridades de supervisão do sistema bancário e financeiro e todas as entidades sujeitas ao cumprimento de dever de comunicação prevista na lei que estabelece as medidas destinadas a prevenir e reprimir o crime de lavagem de capitais, bens direitos e valores ou quaisquer outras previsões legais.

4. A UIF faculta e solicita a entidades internacionais congéneres informações relativas à prática do crime de lavagem de capitais e do crime de financiamento ao terrorismo, no âmbito de acordos bilaterais ou de qualquer outro instrumento de direito internacional.

CAPÍTULO II

Organização e funcionamento

Secção I

Direcção e Estrutura

Artigo 6º

Direcção

1. A UIF é dirigida por um Director, nomeado pelo Conselho de Ministros, preferencialmente dentre Magistrados do Ministério Público ou Magistrados Judiciais, mediante prévia autorização do respectivo Conselho Superior, em comissão ordinária de serviço, por um período, renovável, de três anos.

2. O pedido de autorização a que se refere o número anterior é formulado pelo Ministro da Justiça e deve ser precedida de consulta ao Procurador-Geral da República.

3. O Director da UIF tem a categoria de pessoal dirigente de nível IV, sem prejuízo de se poder optar pela manutenção de estatuto remuneratório, direitos e regalias do quadro de origem.

Artigo 7º

Composição técnica

1. A UIF é composta, para além do seu Director, por técnicos de reconhecida competência e perfil adequado ao cargo, sendo:

- a) Um Técnico Superior, com formação em Direito;
- b) Dois Técnicos Superiores, com formação em Economia ou Gestão;
- c) Um Técnico Superior, com formação em Contabilidade;

d) Um Técnico Superior ou Médio, com formação em investigação criminal;

e) Um Técnico Superior ou médio, com formação em Administração ou secretariado

f) Um Técnico Superior, com formação em Informática.

2. Os técnicos referidos no número anterior são recrutados ou destacados para prestação de serviço em tempo integral na UIF, mediante requisição ou destacamento dos serviços a que estejam vinculados, preferencialmente do Banco de Cabo Verde, da Procuradoria-Geral da República, do Ministério da Justiça, do Ministério das Finanças e Planeamento e da Polícia Judiciária, ou admitidos em regime de contrato individual de trabalho.

3. Os técnicos da UIF, quando requisitados ou destacados mantém estatuto remuneratório, direitos e regalias do quadro de origem.

4. Em caso de necessidade, o Director propõe ao Membro do Governo responsável pela área da justiça o destacamento de funcionários para, em regime de acumulação, desempenhar funções na UIF.

Artigo 8º

Estrutura orgânica

1. A UIF compreende o Director, o Conselho de Coordenação e três serviços.

2. O Conselho de Coordenação é composto pelo Director, que preside, e pelos coordenadores do Gabinete de Pesquisa e Análise e do Gabinete de Prevenção e Controlo.

3. Cada um dos serviços referidos no número 1 é coordenado por um técnico superior designado pelo Director, por um período mínimo de um ano, e integrado por pessoal que lhe for afectado por deliberação do conselho de coordenação.

4. Os serviços referidos no número anterior tomam a designação de:

- a) Gabinete de Pesquisa e Análise;
- b) Gabinete de Prevenção e Controlo;
- c) Gabinete de Administração e Secretariado.

5. O coordenador do Gabinete de Administração e Secretariado, embora sem direito de voto, pode participar nas reuniões e discussões do conselho de coordenação.

Secção II

Atribuições orgânicas

Artigo 9º

Director

1. Compete ao Director da UIF:

- a) Representar e coordenar a UIF;

- b) Convocar e presidir, com direito a voto de qualidade, as reuniões do Conselho de Coordenação;
- c) Definir, Mediante orientações do membro do Governo responsável pela área da Justiça, ouvido o Procurador-Geral da República, a política de recrutamento do pessoal, nos termos do presente diploma;
- d) Promover a execução das orientações políticas de prevenção e detecção do crime de lavagem de capitais e financiamento ao terrorismo;
- e) Emitir Ordens de Serviço, instruções e recomendações no âmbito das atribuições da UIF;
- f) Decidir aplicação de coimas nos processos contra-ordenacionais que forem da competência da UIF;
- g) Solicitar, nos limites estabelecidos na lei, a qualquer entidade pública ou privada as informações necessárias para o cumprimento das competências da UIF;
- h) Comunicar ao Procurador-Geral da República as participações das operações suspeitas da prática do crime de lavagem de capitais e financiamento do terrorismo e remeter os processos de averiguação nos termos do presente diploma;
- i) Coordenar os estudos da UIF sobre novos sectores afectados ou susceptíveis de serem utilizados para a prática de lavagem de capitais e financiamento ao terrorismo;
- j) Celebrar acordos de cooperação com entidades congéneres nacionais e internacionais;
- k) Apresentar trimestralmente ao Procurador-Geral da República relatório sobre os processos de averiguação pendentes na UIF;
- l) Apresentar trimestralmente ao Membro do Governo responsável pela área da Justiça relatório sobre e gestão administrativa, financeira e patrimonial da UIF;
- m) Apresentar ao Membro do Governo responsável pela área da Justiça e ao Procurador-Geral da República, até o dia 31 de Janeiro, o relatório anual de actividades realizadas no ano anterior;
- n) Apresentar ao Membro do Governo responsável pela área da Justiça até à altura da preparação do orçamento geral do Estado, o plano de actividades para o ano seguinte.

2. Nas suas ausências ou impedimentos, o Director da UIF é substituído pelo coordenador de um dos serviços que designar.

Artigo 10º

Conselho de Coordenação

1. O Conselho de Coordenação é o órgão deliberativo da UIF.

2. O Conselho de Coordenação reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente quando for convocado pelo Director, ou mediante requerimento de dois dos seus membros.

3. Compete ao Conselho de Coordenação:

- a) Fiscalizar a actividade da UIF;
- b) Aprovar os Relatórios trimestrais, semestrais e anuais de actividades;
- c) Propor ao membro do Governo responsável pela área da Justiça o orçamento da UIF;
- d) Aprovar a proposta do plano de actividades da UIF;
- e) Aprovar o regulamento interno apresentado pelo Director;
- f) Apreciar e aprovar as contas de gerência;
- g) Aprovar ou ratificar os acordos de cooperação celebrados entre a UIF e as entidades congéneres;
- h) Determinar a realização de inspecções aos serviços da UIF;
- i) Proceder à verificação da distribuição, instrução e decisão dos processos de averiguação e de contra-ordenações;
- j) Apreciar quaisquer reclamações das decisões do Director.

Artigo 11º

Do Gabinete de Pesquisa e Análise

Compete ao Gabinete de Pesquisa e Análise:

- a) Efectuar a recepção, registo, autuação e distribuição das comunicações suspeitas, analisá-las, preparar os relatórios de informação e remeter ao Director;
- b) Efectuar estudos relativos a tendências e tipologias de lavagem de capitais e financiamento do terrorismo;
- c) Colaborar na elaboração e difusão de recomendações e medidas para a prevenção da lavagem de capitais e financiamento do terrorismo;
- d) Criar e manter a base de dados das comunicações recebidas, dos processos de averiguação da UIF e respectivos desenvolvimentos.

Artigo 12º

Do Gabinete de Prevenção e Controlo

Compete ao Gabinete de Prevenção e Controlo:

- a) Supervisionar e monitorizar a implementação e funcionamento do sistema de prevenção de lavagem de capitais e financiamento do terrorismo.
- b) Instaurar e instruir processos de contra-ordenações por violação de normas respeitantes às operações financeiras que incumbam à UIF fiscalizar, nos termos da lei e do presente diploma, e submeter ao Director para decisão.
- c) Elaborar e difundir de recomendações e medidas para a prevenção da lavagem de capitais e financiamento do terrorismo
- d) Desenvolver acções de divulgação e educação do público em geral sobre o combate ao crime de lavagem de capitais e ao crime de financiamento do terrorismo
- e) Criar e manter uma base de dados de processos de contra-ordenação instruídos e respectivos desenvolvimentos.

Artigo 13º

Do Gabinete de Administração e Secretariado

Compete ao Gabinete de Administração e Secretariado

- a) Preparar e assegurar a execução do orçamento;
- b) Elaborar os instrumentos de avaliação e controlo da execução orçamental da UIF;
- c) Promover a gestão do património afecto à UIF;
- d) Assegurar as operações administrativas relativas à gestão do pessoal afecto à UIF;
- e) Proceder ao registo, autuação e distribuição ou remessa, conforme couber, dos processos de averiguação ou de contra-ordenação;
- f) Secretariar e assegurar o expediente do Director, do Conselho de Coordenação e dos restantes serviços integrantes da UIF;
- g) Prestar apoio aos membros da UIF no exercício das respectivas competências.

CAPÍTULO III**Disposições especiais de procedimentos**

Secção I

Processo de averiguação

Artigo 14º

Recepção e natureza do processo

1. Sempre que a UIF receba uma comunicação de operação suspeita da lavagem de capitais e /ou de financiamento de terrorismo nos termos dos previstos na lei, deve proceder-se ao seu registo em livro próprio e à autuação da correspondente notícia como processo de averiguação.

2. O processo de averiguação é de natureza secreta, ficando todo e qualquer pessoal da UIF vinculado ao dever de sigilo relativamente às informações cujo conhecimento lhe advenha do exercício das suas funções

Artigo 15º

Procedimentos

1. Os procedimentos a adoptar pela UIF são sempre documentados e não podem ofender os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

2. A comunicação a que se refere o nº 1 do artigo anterior deve dar entrada no Gabinete de Pesquisa e Análise, cabendo ao respectivo coordenador proceder à sua análise sumária e elaborar um relatório, que remete para conhecimento e orientações pertinentes do Director da UIF, no prazo máximo de oito dias, sem prejuízo do disposto na lei relativa à suspensão de execução de operações.

3. Sem prejuízo da continuação dos trabalhos de pesquisa e análise, o Director da UIF, em quarenta e oito horas, profere decisão dando orientações que entender pertinentes relativamente ao processo em causa.

4. Os processos de averiguação são distribuídos pelo pessoal afecto ao Gabinete de Pesquisa e Análise de forma análoga à distribuição em processo.

5. O processo de averiguação deve ser instruído, no prazo de sessenta dias, a contar da data do seu registo e autuação na UIF e remetido mediante relatório ao director.

Artigo 16º

Natureza e destino do Relatório

1. O processo de averiguação é remetido com o relatório do Gabinete de Pesquisa e Análise ao Director que, em dez dias, mediante relatório analítico final, pronuncia-se sobre o sentido a dar ao processo.

2. O relatório analítico final contendo a proposta da UIF é enviado ao Procurador-Geral da República ou ao Magistrado por ele designado para efeito de apreciação.

3. O Ministério Público pode requerer informações complementares à UIF

4. Da decisão do Ministério Público sobre o relatório é dado conhecimento ao Director da UIF.

5. Havendo abertura de instrução, a UIF pode remeter, directamente à entidade que tenha a titularidade do respectivo processo informações adicionais e subsequentes.

Secção II

Processo de contra-ordenação

Artigo 17º

Regime aplicável

Para instrução e decisão dos processos contra-ordenacionais aplica-se o disposto na lei que estabelece medidas destinadas a prevenir e reprimir o crime de lavagem de capitais, bens e direitos e valores, se outro previsto na lei não se mostrar aplicável.

CAPÍTULO IV

Disposições finais e transitórias

Artigo 18º

Uso de tecnologias de informação e comunicação

Observados os condicionalismos do regime jurídico geral da protecção de dados pessoais estabelecidos por lei, a UIF deve usar todos os recursos das tecnologias de informação e comunicação para receber, registar, guardar, analisar ou comunicar dados relatórios ou quaisquer informações.

Artigo 19º

Actualização da composição técnica

O quadro de pessoal da composição técnica da UIF pode ser alterado e actualizado por Portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pela área da Justiça, das Finanças e da Administração Pública.

Artigo 20º

Regulamentação

A UIF pode emitir normas relativas aos requisitos formais das comunicações de operações suspeitas, bem como sobre o funcionamento dos serviços internos e criação e gestão das bases de dados.

Artigo 21º

Revogação

É revogado o Decreto-Lei n.º 1/2008, de 14 de Janeiro, que criou a UIF, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/2009, de 26 de Janeiro.

Artigo 22.º

Entrada em vigor

O presente Decreto-Lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 2 de Fevereiro de 2012.

José Maria Pereira Neves - Cristina Isabel Lopes da Silva Monteiro Duarte - José Carlos Lopes Correia

Promulgado em 7 de Março de 2012

Publique-se

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA

Resolução n.º 15/2012

de 20 de Março

O défice habitacional em Cabo Verde situa-se em torno de 40.000 (quarenta mil) habitações, e como forma de combate, o Governo de Cabo Verde declarou o ano de 2009 como ano da habitação e lançou o programa Casa Para Todos, cujo objectivo é a construção de cerca 8.500 (oito mil e quinhentos) fogos para minimizar o problema e habitar Cabo Verde com mais dignidade.

A construção das habitações de interesse social está enquadrada no programa Casa Para Todos, no âmbito do projecto habitar CV, e tem como meta contribuir significativamente para a redução do grande *deficit* de habitações próprias e condignas no país, a preços acessíveis aos mais carenciados.

Para conseguir este propósito, o Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território terá de realizar despesas com a contratação pública para a execução do Contrato de empreitada de Construção das habitações de interesse social em Espargos, Ilha do Sal.

Para o efeito, o Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território foi autorizado, através da Resolução n.º 46/2011, de 7 de Novembro, a realizar despesas com a contratação pública para execução da empreitada de construção de 100 (cem) habitações de interesse social em Espargos, Ilha do Sal. Os trabalhos de construção foram adjudicados ao consórcio Armando Cunha, Sucursal de Cabo-Verde e à Sogei, SA, vencedores do concurso público, sob a denominação de “SAL 3 – 03/SAL/2010”, realizado para o efeito.

Acontece, porém, que, a proposta do consórcio foi apresentada há cerca de oito meses atrás e, durante este período, por razões que lhe são alheias, não se iniciou a construção das obras. Entretanto surgiram algumas circunstâncias que alteram o montante das despesas, a saber:

- Houve alterações negativas no mercado financeiro que prejudicaram seriamente o consórcio, e puseram em causa a execução do contrato de empreitada pelo valor inicialmente acordado;
- Verificou-se um aumento nos transportes internacionais, na ordem de 67% (sessenta e sete por cento), e do petróleo, reflectindo directamente num aumento generalizado dos materiais;
- A empresa Cabomundo, que efectuava transporte de contentores directamente de Portugal para a Ilha do Sal, declarou falência.

No entanto, é necessário realizar as obras projectadas e, para tal, torna-se imprescindível a actualização do contrato e, por conseguinte efectuar despesas.

Assim:

Ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 1/2009, de 5 de Janeiro; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Autorização

É autorizado o Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território a realizar as despesas com a contratação pública para execução da empreitada de construção de 100 (cem) unidades de habitações de inte-

resse social na Cidade de Espargos, Concelho e Ilha de Sal, no montante de 277.773.228\$00 (duzentos e setenta e sete milhões, setecentos e setenta e três mil, duzentos e vinte e oito escudos).

Artigo 2.º

Revogação

É revogada a Resolução n.º 46/2011, de 7 de Novembro.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros de 9 de Março de 2012

José Maria Pereira Neves.

Publique-se

Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

Resolução n.º 16/2012

de 20 de Março

O défice habitacional em Cabo Verde situa-se em torno de 40.000 (quarenta mil) habitações, e como forma de combate, o Governo de Cabo Verde declarou o ano de 2009 como ano da habitação e lançou o programa Casa Para Todos, cujo objectivo é a construção de cerca 8.500 (oito mil e quinhentos) fogos para minimizar o problema e habitar Cabo Verde com mais dignidade.

A construção das habitações de interesse social está enquadrada no programa Casa Para Todos, no âmbito do projecto habitar CV, e tem como meta contribuir significativamente para a redução do grande *deficit* de habitações próprias e condignas no país, a preços acessíveis aos mais carenciados.

Para conseguir este propósito, o Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território terá de realizar despesas com a contratação pública para a execução do Contrato de empreitada de Construção das habitações de interesse social em Santa Maria, Ilha do Sal.

Para o efeito, o Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território foi autorizado, através da Resolução n.º 45/2011, de 7 de Novembro, a realizar despesas com a contratação pública para execução da empreitada de construção de 50 (cinquenta) habitações de interesse social na Cidade de Santa Maria, Ilha do Sal. Os trabalhos de construção foram adjudicados ao consórcio Armando Cunha, Sucursal de Cabo-Verde e à Sogei, SA, vencedores do concurso público, sob a denominação de “SAL 2 – 02/SAL/2010”, realizado para o efeito.

Acontece, porém, que, a proposta do consórcio foi apresentada há cerca de oito meses atrás e, durante este período, por razões que lhe são alheias, não se iniciou

a construção das obras. Entretanto surgiram algumas circunstâncias que alteram o montante das despesas, a saber:

- Houve alterações negativas no mercado financeiro que prejudicaram seriamente o consórcio, e puseram em causa a execução do contrato de empreitada pelo valor inicialmente acordado;

- Verificou-se um aumento nos transportes internacionais, na ordem de 67% (sessenta e sete por cento), e do petróleo, reflectindo directamente num aumento generalizado dos materiais;

- A empresa Cabomundo, que efectuava transporte de contentores directamente de Portugal para a Ilha do Sal, declarou falência.

Não obstante essas circunstâncias, o montante global para a execução do contrato anteriormente estabelecido e autorizado diminuiu, pois a Câmara Municipal decidiu conceder mais terreno para construção.

Atenta a necessidade de realização das obras projectadas, impõe-se actualizar o contrato e, conseqüentemente efectuar despesas.

Assim:

Ao abrigo do disposto na alínea e) do nº 1 do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 1/2009, de 5 de Janeiro; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Autorização

É autorizado o Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território a realizar as despesas com a contratação pública para execução da empreitada de Construção de cinquenta unidades de Habitações de Interesse Social em Santa Maria, Concelho e Ilha do Sal, no montante de 139.823.614\$00 (cento e trinta e nove milhões, oitocentos e vinte e três mil e seiscentos e quatorze escudos).

Artigo 2.º

Revogação

É revogada a Resolução n.º 45/2011, de 7 de Novembro.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros de 9 de Março de 2012

José Maria Pereira Neves.

Publique-se

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves.*

Resolução n.º 17/2012

de 20 de Março

O sector da imobiliária turística constitui um dos vectores decisivos para o desenvolvimento económico de Cabo Verde.

Reconhece-se, por outro lado, a vocação e importância que a Ilha de São Vicente tem no processo de internacionalização e fixação de empresas industriais estrangeiras no País, sendo, igualmente, um dos pontos predilectos de acolhimento do turismo.

O projecto *Baia João D'Évora*, apresentado pelo promotor Studiebureau Talboom Group, contribuirá, certamente, para o desenvolvimento económico de São Vicente, podendo contribuir para incrementar a política de atracção do investimento externo para a Ilha, nomeadamente, no sector da imobiliária turística.

Assim, porque se reconhece que o referido projecto poderá conferir um maior impulso ao incremento do turismo em São Vicente e, face ao nível “alto standing” do mesmo,

Ao abrigo do disposto na alínea c) do número 3 do artigo 11.º da lei nº 44/VI/2004, de 12 de Julho; e

No uso da faculdade conferida pelo n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte resolução:

Artigo 1.º

Concessão

É concedido, ao Studiebureau Talboom Group, com sede social em A. Meemmansdreef 1 B – 2870 Puurs – Bélgica, as parcelas de terreno do domínio público marítimo, junto à localidade de Praia de João D'Évora, em São Vicente, devidamente identificadas e mensuradas nas plantas de levantamento topográfico anexas ao contrato de concessão, que fazem parte integrante desta Resolução, para a construção do empreendimento turístico denominado *Baia João D'Évora*, sem prejuízo da observância dos princípios e regras legais do licenciamento e outros pelas autoridades competentes.

Artigo 2.º

Instalação de um pontão flutuante

1. O promotor-concessionário fica autorizado a instalar um pontão flutuante, de apoio a embarcações de recreio, com capacidade máxima para acolher até 12 (doze) unidades.

2. Dado o carácter não comercial da exploração do pontão, o concessionário fica isento do pagamento de qualquer contrapartida financeira.

Artigo 3.º

Duração da concessão

A presente concessão tem a duração de 60 (sessenta) anos, podendo ser prorrogada por sucessivos períodos de 30 (trinta) anos.

Artigo 4.º

Autorização

É autorizado o Ministro das Infra-estruturas e Economia Marítima para, em nome do Estado de Cabo Verde, a proceder à assinatura do contrato de concessão referido no artigo 1.º e estabelecer as medidas das parcelas, as contrapartidas financeiras e outras devidas pela ocupação desse domínio.

Artigo 5.º

Regime aplicável

O contrato de concessão sujeita-se às normas constantes da Lei n.º 44/VI/2004, de 12 de Julho.

Artigo 6.º

Depósito do contrato

O original do contrato de concessão fica em depósito no Instituto Marítimo e Portuário.

Artigo 7.º

Entrada em vigor

A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 12 de Janeiro de 2012

José Maria Pereira Neves.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves.*

CONTRATO DE CONCESSÃO

ENTRE,

O ESTADO DE CABO VERDE, representado pelo Exmo. Sr. Ministro das Infra-Estruturas e Economia Marítima, com gabinete em Ponta Belém, CP nº 03, Praia – Santiago, adiante designado Concedente e,

STUDIEBUREAU TALBOOM GROUP, com sede social em, A. Meemmansdreef 1 B – 2870 Puurs – Bélgica, representado por....., adiante designado Concessionário,

É celebrado o presente contrato de concessão que se regerá nos termos das cláusulas seguintes:

Cláusula primeira

Objecto

1. O concedente cede ao concessionário, uma área de terreno da orla marítima, medindo 7,43 ha (sete vírgula quarenta e três hectares) composta por cinco parcelas medindo, respectivamente, 1,02ha (um vírgula zero dois hectares), 1,52ha (um vírgula cinquenta e dois hectares),

2,97ha (dois vírgula noventa e sete hectares), 1,92ha (um vírgula noventa e dois hectares), e 1,1ha (um vírgula um hectare), situada na zona da Baía de João D'Évora, em São Vicente, de acordo com o levantamento topográfico e planta de localização apresentados, os quais, após aprovação, farão parte integrante do presente contrato.

2. As parcelas medindo 1,02ha, 1,52ha, 2,97ha e 1,92ha destinam-se à edificação de “guesthouses”, de conformidade com o projecto aprovado pela Câmara Municipal de São Vicente.

3. A parcela medindo 1,1ha (um vírgula um hectare) constitui parte dos 3,22ha (três vírgula vinte e dois hectares) de praia pública na qual será instalado um “beach bar”.

Cláusula segunda

Instalação de um pontão flutuante

1. Considerando a necessidade de o promotor-concessionário ter de investir na construção de um quebra-mar para a protecção da praia, de si, naturalmente perigosa, fica autorizado a instalar um pontão flutuante, de apoio a embarcações de recreio, com capacidade máxima para acolher até 12 (doze) unidades.

2. Dado o carácter não comercial da exploração do pontão, o concessionário fica isento do pagamento de qualquer contrapartida financeira.

Cláusula terceira

Projecto de Execução

1. O projecto de execução destinado a aprovação e licenciamento da obra deverá apresentar suficiente informação em matéria de peças escritas e desenhadas, fundamentando as soluções arquitectónicas e estruturais, o processo construtivo, os materiais utilizados, as volumetrias das construções e medidas de minimização dos impactes, na área de implantação e na envolvente, derivados da intervenção humana.

2. Qualquer outra obra adicional que o concessionário pretenda introduzir na área concedida, carecerá de autorização escrita do Concedente.

Cláusula quarta

Tipologia

1. Na edificação dos “guesthouses” deverá ser usado, predominantemente, material leve e envidraçado, devendo ser evitado, o mais possível, a utilização do betão armado.

2. A estrutura do “beach bar” deverá ser desmontável, privilegiando a utilização de materiais leves e amovíveis, e assentar-se em estacas de 1 metro de altura.

3. O “beach bar” deverá ser implantado com a fachada virada para o mar, a 50 metros do máximo preia-mar.

Cláusula quinta

Prazo

O presente contrato de concessão tem a duração de 60 (cinquenta) anos, prorrogável por sucessivos períodos de 30 anos.

Cláusula sexta

Contrapartida

O Concessionário pagará ao concedente, como contrapartida financeira pela concessão das parcelas de terreno para a construção dos “guesthouses”, medindo (7,43ha), mais os 1.100 m² (mil e cem metros quadrados) para a instalação do “beach bar”, num total de 8,53ha (oito vírgula cinquenta e três hectares), uma anuidade no valor de 20\$00 (vinte escudos) por cada metro quadrado, totalizando 1.706.000\$00 (um milhão setecentos e seis mil escudos), pagos, anualmente, no mês de Março, na conta do Tesouro do Estado, devendo os justificativos dos depósitos efectuados ser enviados ao Instituto Marítimo e Portuário.

Cláusula sétima

Obrigações do concessionário

O Concessionário obriga-se a:

- Construir uma estrada asfaltada que liga o Centro da Cidade de Mindelo à zona da Baía de João D'Évora;
- Garantir o saneamento da área de implementação do projecto;
- Colaborar com as autoridades marítimas, portuárias e fiscais na manutenção da segurança e vigilância na referida área concessionada;

Cláusula oitava

Fiscalização

O Concessionário sujeita-se à fiscalização das suas actividades pelas Autoridades Marítimas.

Cláusula nona

Revogação e Extinção

O presente contrato só poderá ser revogado parcialmente, renunciado ou feito cessar, nos termos da Lei n.º 44/VI/2004, de 12 de Julho.

Cláusula décima

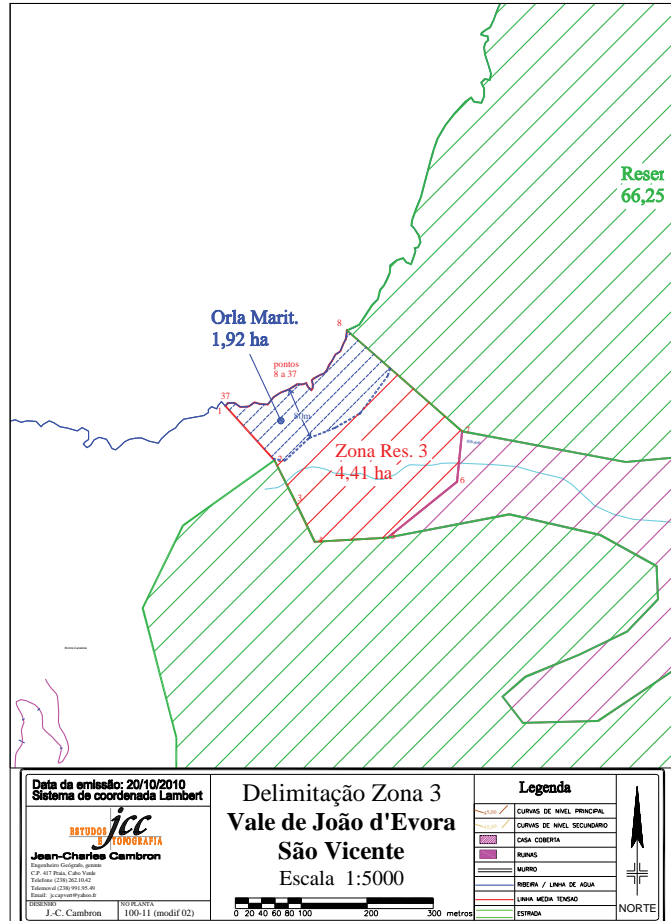
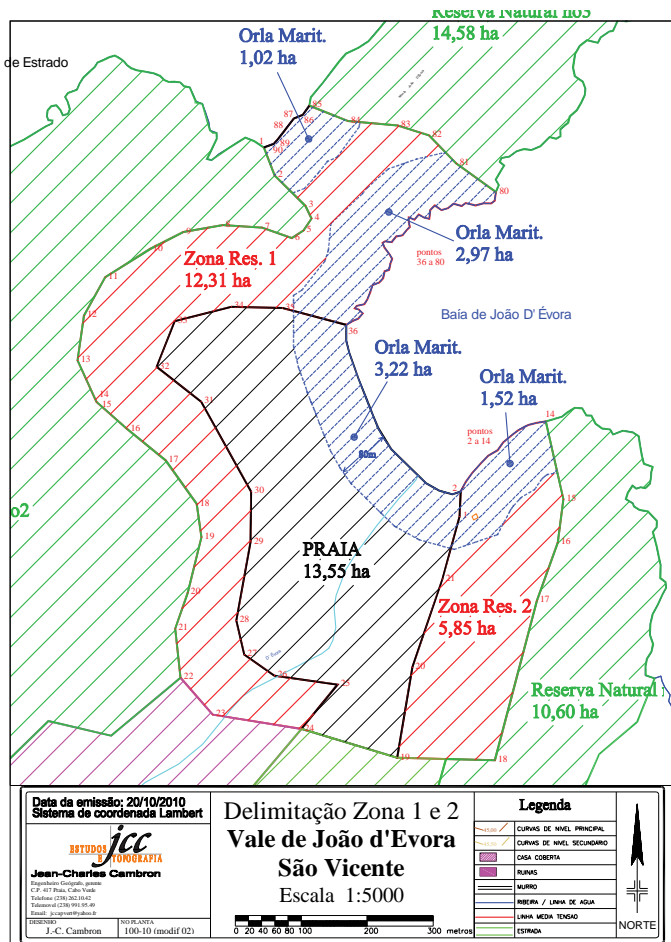
Jurisdicção

É competente para dirimir quaisquer conflitos derivados do cumprimento do presente contrato de concessão o Tribunal da Comarca de São Vicente.

Praia, ... de Janeiro de 2012.

O Concedente,

O Concessionário,



CHEFIA DO GOVERNO

Secretaria-Geral do Governo

Rectificação

Por ter saído de forma inexacta o anexo III do Decreto-Lei nº 36/2011, publicado no 2º Suplemento do *Boletim Oficial* nº 42/2011, de 30 de Dezembro, rectifica-se com a republicação do anexo III do referido diploma:

Anexo III

Bens imóveis

Ident.	Descrição
1	Edifício da biblioteca, sala de Professores e sala de conferências A;
2	Edifício com salas de aula 4, 5 e 6
3	Edifício com sala de aula 1 e sala de exposição “Nós Guentis”;
4	Edifício com salas de aula 2 e 3.
5	Edifício de apoio logístico integrando as salas de informática e de conferências B e, secretaria.
6	Edifício com gabinetes, integrando a Direcção do CFA e a Coordenação Pedagógica;
7	Edifício da reprografia e a gabinete de equipamentos audiovisuais;
8	Edifício com cozinha, refeitórios e lavandaria
9	Edifício com dormitórios B e C e, economato
10	Edifício do dormitório A.
11	Armazéns
12	Recepção / Casa de Guarda
13	Central eléctrica e casa de gerador alternativo
14	Edifício com 3 apartamentos
15	Moradia antiga

Secretaria-Geral do Governo, na Praia, aos 17 de Março de 2012. – O Secretário-Geral do Governo, *Pedro Andrade Semedo*.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*.



I SÉRIE
**BOLETIM
OFICIAL**

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



*Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv*

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.